



## Sumário

<b>Apresentação.....</b>	<b>7</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>9</b>
<b>1 Conjuntura Socioeconômica.....</b>	<b>12</b>
1.1 Considerações Iniciais.....	12
1.2 Cenário Econômico Nacional.....	12
1.3 Cenário Socioeconômico Estadual.....	14
1.3.1 População.....	14
1.3.2 Produto Interno Bruto de Pernambuco.....	15
1.3.3 Balança Comercial.....	18
1.3.4 Inflação.....	19
1.3.5 Mercado de Trabalho.....	21
1.3.5.1 Emprego.....	21
1.3.5.2 Desemprego.....	23
1.3.5.2.1 Taxa de Desocupação.....	23
1.3.5.3 Rendimento.....	28
1.3.6 Saneamento.....	30
1.3.6.1 Índice de atendimento urbano de água.....	31
1.3.6.2 Índice de atendimento total de água.....	32
1.3.6.3 Índice de perdas na distribuição.....	33
1.3.6.4 Índice de atendimento urbano de esgoto.....	33
1.3.6.5 Índice de atendimento total de esgoto referido aos municípios com água.....	34
1.4 Considerações Finais.....	35
<b>2 Gestão Administrativa.....</b>	<b>37</b>
2.1 Estrutura Administrativa do Poder Executivo.....	37
2.2 Quadro de Pessoal do Poder Executivo.....	39
2.2.1 Evolução do quantitativo de servidores efetivos admitidos e aposentados 2014-2018..	40
2.2.2 Evolução do quantitativo de servidores efetivos e temporários 2014-2018.....	41
2.3 Cargos Efetivos.....	42
2.3.1 Cargos vagos x cargos existentes: percentual de vacância.....	44
2.3.2 Quantitativo elevado de cargos vagos em cinco órgãos da Administração Direta.....	45
2.3.3 Evolução do quantitativo de cargos efetivos vagos 2014-2018.....	45
2.4 Contratados por Tempo Determinado – CTD.....	46
2.5 Cargos Comissionados.....	47
<b>3 Gestão Orçamentária .....</b>	<b>51</b>
3.1 Instrumentos de Planejamento e Orçamentação.....	51
3.1.1 Plano Plurianual – PPA .....	51



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

---

3.1.2	Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO.....	54
3.1.3	Lei Orçamentária Anual – LOA.....	58
3.2	Balanco Orçamentário.....	72
3.2.1	Receita Orçamentária .....	73
3.2.2	Despesa Orçamentária.....	83
3.3	Impropriedade técnica no registro orçamentário dos recursos necessários à cobertura do déficit previdenciário (empenhamento da DOE).....	98
3.3.1	Exemplo financeiro do processamento da DOE.....	102
3.3.2	Efeitos na execução orçamentária do estado (despesas e receitas orçamentárias) ao processar orçamentariamente a DOE.....	104
3.4	Despesas decorrentes de emendas parlamentares.....	106
3.5	Aplicação de Recursos Vinculados.....	108
3.5.1	Aplicação dos Recursos do Fundo de Erradicação e Combate à Pobreza – FECEP.....	109
3.5.2	Aplicação dos Recursos da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE.....	112
3.5.3	Aplicação de recursos em ações de fomento de atividades científicas e tecnológicas e combate à seca.....	114
3.6	Transferências Constitucionais, Legais e Voluntárias aos Municípios .....	117
3.7	Gastos com Publicidade.....	124
3.8	Precatórios.....	129
<b>4</b>	<b>Gestão Financeira e Patrimonial.....</b>	<b>138</b>
4.1	Consolidação de Balanços e Demonstrativos Financeiros e Patrimoniais.....	138
4.1.1	Balanco Financeiro.....	138
4.1.2	Demonstração das Variações Patrimoniais.....	141
4.1.3	Balanco Patrimonial.....	142
4.2	Principais Componentes do Ativo.....	146
4.2.1	Ativo Circulante.....	147
4.2.2	Ativo Não Circulante.....	150
4.3	Principais Componentes do Passivo.....	156
4.3.1	Restos a Pagar.....	157
4.3.1.1	Gestão dos Restos a Pagar no Exercício.....	158
4.3.1.2	Análise Conjunta dos Restos a Pagar com Despesas de Exercícios Anteriores.....	161
4.3.1.3	Destinação dos Saldos de Resíduos de RP ao longo de 2018.....	167
4.3.2	Dívida Fundada.....	169
4.3.2.1	Composição ao Final do Exercício.....	171
4.3.2.2	Movimentação ao Longo de 2018.....	176
4.3.3	Aproximação do saldo do passivo previdenciário ao valor de mercado no exercício....	183
4.4	Cronograma de Ações para a Adoção dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais e Específicos.....	190
<b>5</b>	<b>Gestão Fiscal.....</b>	<b>192</b>
5.1	Receita Corrente Líquida (RCL).....	193
5.2	Disponibilidade de Caixa.....	196
5.2.1	Análise do art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.....	201
5.2.2	Disponibilidades líquidas negativas na fonte Tesouro.....	205
5.2.3	Procedimento contábil inadequado no tratamento da desvinculação de recursos da	



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

---

	EC Federal nº 93/2016.....	208
5.3	Dívida Consolidada Líquida (limite geral < 200% da RCL).....	210
5.4	Operações de Crédito no exercício (limites anuais de operações).....	218
5.5	Juros e Encargos da Dívida (limite < 11,5 da RCL).....	220
5.6	Garantias e Contragarantias.....	221
5.7	Despesa com Pessoal.....	221
5.7.1	Exame Preliminar (sobre dados divulgados).....	221
5.7.2	Observações quanto a valores e percentuais publicados.....	223
5.7.2.1	Ausência de correspondência entre os dados parciais publicados pelos Poderes e o valor consolidado.....	224
5.7.2.2	Desconsideração de despesas com profissionais de saúde em atividade regular em unidades de saúde estaduais.....	226
5.7.3	Efeitos potenciais de cada tipo de vínculo.....	235
5.8	Despesas com Contratos de Parcerias Público-Privadas.....	237
5.9	Resultado Primário.....	238
5.10	Resultado Nominal.....	239
5.11	Programa de Ajuste Fiscal: Compromissos Assumidos com a União .....	240
<b>6</b>	<b>Educação.....</b>	<b>243</b>
6.1	Legislação.....	243
6.2	Plano Nacional de Educação 2014-2024.....	245
6.3	Plano Estadual de Educação.....	247
6.4	Lei de Responsabilidade Educacional do Estado de Pernambuco e Pacto pela Educação..	263
6.5	Indicadores Educacionais.....	264
6.5.1	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb.....	265
6.5.2	Evolução do indicador de Rendimento e das notas do Saeb e Inep.....	268
6.5.3	Análise do desempenho de Pernambuco no Saeb.....	269
6.5.4	Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco – Idepe.....	275
6.5.5	Taxas de Rendimento Escolar.....	278
6.5.6	Taxa de Distorção Idade-Série.....	282
6.6	Planejamento Governamental para área de educação.....	283
6.7	Financiamento Estadual da Educação.....	284
6.7.1	Principais fontes de financiamento.....	286
6.8	Verificação da Aplicação dos Recursos de Impostos Destinados à Manutenção e ao Desenvolvimento do Ensino.....	288
6.9	Verificação da Aplicação dos Recursos no Ensino Básico.....	291
6.9.1	Salário-Educação.....	291
6.9.2	Aplicação dos Recursos do FUNDEB.....	294
6.9.3	Da Remuneração dos Profissionais do Magistério.....	294
6.9.4	Do Saldo Financeiro ao Final do Exercício.....	294
6.10	Informações Adicionais sobre o Ensino Básico.....	295
6.10.1	Matrículas na Rede Estadual.....	295
6.10.2	Unidades de Ensino.....	296
6.10.3	Quadro do Corpo Docente da Rede Pública Estadual de Ensino em 2018.....	297
6.10.4	Vencimento Inicial da Carreira de Professor nas Unidades da Federação.....	299
6.11	Merenda Escolar.....	301
6.11.1	Do fornecimento da Merenda Escolar.....	301



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

---

6.12	Transporte Escolar.....	303
6.12.1	Programa de Transporte Escolar do Governo de Pernambuco.....	304
6.13	Informações sobre o Ensino Superior.....	305
6.13.1	Quadro de Docentes Efetivos e Contratados por Tempo Determinado – CTD da UPE	306
6.13.2	Quantitativo de Alunos Matriculados nos cursos de graduação presencial por unidade de educação.....	307
<b>7</b>	<b>Saúde.....</b>	<b>308</b>
7.1	Sistema Único de Saúde (SUS) – Contextualização da Legislação .....	308
7.2	Cenário do SUS em Pernambuco.....	309
7.2.1	Plano Estadual de Saúde, Programação Anual de Saúde e Relatório Anual de Gestão.....	309
7.2.1.1	Indicadores de Resultado.....	311
7.2.2	Monitoramento do Plano Estadual de Saúde – PES 2016-2019.....	316
7.2.2.1	Melhorar a Saúde materna.....	317
7.2.2.1.1	Mortalidade de Mulheres em Idade Fértil.....	319
7.2.2.1.2	Mortalidade Materna.....	321
7.2.2.2	Hanseníase.....	326
7.2.2.3	Controlar a Tuberculose.....	329
7.2.2.4	Combate ao mosquito Aedes Aegypti.....	335
7.2.2.4.1	Casos de Dengue e Proporção de Óbitos.....	335
7.2.2.4.2	Casos de Chikungunya e Proporção de Óbitos.....	339
7.2.2.4.3	Casos de Zika e Proporção de Casos de Microcefalia.....	341
7.3	Rede Estadual de Saúde.....	344
7.4	Financiamento da Saúde no Estado e Utilização dos Recursos.....	350
7.4.1	Fontes de Financiamento.....	350
7.4.2	Gastos na função 10 – Saúde por Modalidade de Aplicação.....	350
7.4.3	Despesas com Hospitais próprios, GERES e com Contratos de Gestão de Organizações Sociais que gerem Hospitais, UPAs e UPAs.....	352
7.5	Verificação da Aplicação dos Recursos de Impostos Destinados à Saúde.....	355
7.5.1	Formação da Base de Cálculo.....	355
7.5.2	Aplicação dos Recursos.....	356
7.6	Quantitativos de Leitos Hospitalares e Equipamentos de Saúde e sua distribuição interna no estado.....	358
7.6.1	Quantitativos de Leitos Hospitalares em Pernambuco.....	359
7.6.1.1	Grau de Concentração de Leitos Hospitalares.....	360
7.6.2	Quantitativos de Equipamentos de Saúde em Pernambuco.....	364
7.6.2.1	Parâmetros SUS.....	364
7.6.2.2	Grau de Concentração de Equipamentos de Saúde.....	366
<b>8</b>	<b>Segurança Pública.....</b>	<b>369</b>
8.1	Introdução.....	369
8.2	Despesas Efetuadas na Função Segurança Pública.....	371
8.3	Vencimento Base do cargo público de Agente da Polícia Civil.....	378
8.4	Financiamento Estadual de Segurança Pública.....	380
8.5	Dados Estatísticos referentes à Segurança Pública.....	381



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

---

<b>9</b>	<b>Previdência dos Servidores Públicos do Estado.....</b>	<b>395</b>
9.1	Considerações iniciais.....	395
9.1.1	Contextualização nacional.....	395
9.1.2	As medidas disponíveis para acompanhamento e saneamento atuarial e seu tratamento na Constituição Federal.....	398
9.1.3	Benefícios e desvantagens da implantação das medidas de segregação de massas e de regime de capitalização.....	401
9.1.4	Legislação estadual e estágios atuais do FUNAFIN e FUNAPREV.....	402
9.1.5	Situação de Pernambuco entre os estados brasileiros na questão “segregação de massas previdenciárias”.....	405
9.1.6	Estudo de caso comparado: Pernambuco x Paraná.....	406
9.2	Análise Financeira do RPPS/PE.....	410
9.2.1	O resultado previdenciário anual.....	410
9.2.2	Investimentos e rendimentos no exercício.....	415
9.3	Análise Atuarial do RPPS/PE.....	416
9.3.1	Hipóteses Atuariais e Tábuas Biométricas.....	417
9.3.2	Balço Atuarial em 31.12.2018.....	419
9.3.3	Projeção atuarial de 2018: as previsões para o período futuro 2019/2093.....	423
9.3.4	Estatísticas da massa.....	426
9.3.5	Evolução quantitativo-financeira de servidores e beneficiários.....	430
9.3.6	Aproveitamento parcial das projeções atuariais no regramento estadual atual.....	432
9.4	Avaliação do sistema estadual num cenário de segregação de massas previdenciárias.	436
<b>10</b>	<b>Terceiro Setor.....</b>	<b>443</b>
10.1	Considerações Iniciais.....	443
10.2	Organizações Sociais.....	444
10.2.1	Qualificação e Renovação da Titulação.....	444
10.2.2	Ausência de Qualificação ou Renovação da Titulação.....	445
10.2.3	Repasse Financeiros para Organizações Sociais em 2018.....	448
10.2.4	Evolução dos Repasse Financeiros para Organizações Sociais.....	454
10.2.5	Atendimento nas Unidades de Saúde.....	456
10.2.6	Compatibilização dos Repasse Financeiros para Organizações Sociais.....	458
10.3	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).....	462
10.4	Outros Repasse Financeiros para Entidades do Terceiro Setor.....	464
10.5	Fiscalização e monitoramento dos instrumentos de pactuação do Estado com as Organizações Sociais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público.....	465
<b>11</b>	<b>Transparência.....</b>	<b>468</b>
11.1	Introdução.....	468
11.2	Índices de Transparência.....	472
11.3	Transparência na Gestão Fiscal.....	474
11.4	Transparência conforme a Lei de Acesso à Informação.....	476
11.5	Disponibilização de Informação em Dados Abertos.....	479
11.6	Transparência das Organizações Sociais.....	482
11.7	Transparência na Execução do Plano Plurianual e LOA.....	486



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**COORDENADORIA DE CONTROLE EXTERNO**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE ESTADUAL - GERÊNCIA DE CONTAS DOS PODERES ESTADUAIS**

---

<b>12</b>	<b>Quadro Resumo do Cumprimento dos Limites.....</b>	<b>488</b>
<b>13</b>	<b>Monitoramento das Recomendações.....</b>	<b>490</b>
13.1	Execução Orçamentária.....	490
13.2	Educação.....	491
13.3	Saúde.....	492
13.4	Disponibilidades Financeiras por Fonte de Recursos.....	496
13.5	Quadro de Pessoal.....	498
13.6	Reestruturação da ARPE.....	500
13.7	Previdência.....	500
13.8	Demonstrativo dos recursos CIDE-PPP Praia do Paiva.....	502
13.9	Gestão Fiscal.....	503
13.10	Nova Contabilidade aplicada ao Setor Público.....	505
13.11	Terceiro Setor.....	505
13.12	Despesas de Exercícios Anteriores – DEA.....	509
13.13	Monitoramento da Execução Orçamentária – Indicadores de Programa do PPA.....	510
13.14	Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal.....	512
13.15	Emendas Parlamentares.....	512
13.16	Acompanhamento das recomendações.....	513
13.17	Considerações Finais.....	514
<b>14</b>	<b>Achados e Encaminhamentos .....</b>	<b>516</b>
14.1	Principais Achados.....	516
14.2	Propostas de Encaminhamento.....	535
14.2.1	Recomendações.....	535